SERGIPE NA TRILHA DO GÊNERO*

Amy Adelina Coutinho de Faria Alves,
Ana Maria Vasconcelos Melo**

Iniciando nossa reflexão a partir de estudos mais gerais, o livro de Pina, intitulado "A mulher na história", embora de publicação recente (1994), parece se constituir num precursor dos estudos de gênero na área das ciências sociais em Sergipe, particularmente no que se refere à sua característica historiográfica. Sua obra se encaminha para uma louvação da MULHER em todos os tempos, considerada em sua condição de "inferioridade" em relação ao homem.

O valor de seu trabalho está relacionado tanto ao pioneirismo na área, como porque detém o mérito de fornecer pistas para a compreensão do perfil da mulher burguesa na sociedade sergipana. Buscando traçar perfis de "heroínas", o estudo resgata a presença de "mulheres vitoriosas na história", desde a antigüidade clássica, passando pela sociedade israelense, evidenciando por exemplo, as bisnetas de José do Egito reivindicando perante Moisés a posse de terras por ocasião da distribuição de territórios entre os descendentes de Jacó.

* Este artigo retoma a discussão de alguns pontos que parecem informar a trajetória da produção intelectual sobre Mulher e Relações de gênero no Estado de Sergipe. Parte da análise de resultados de pesquisas e seminários realizados anualmente pela REDOR e pela fonte de dados que constitui o Projeto "Cadastro de pesquisas e pesquisadores sobre a Mulher e relações de gênero em Sergipe".

**Amy Adelina Coutinho de Faria Alves e Ana Maria Vasconcelos Melo são professoras do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e do Departamento de Serviço Social da UFS. Coordenadoras do Projeto de Estudos Interdisciplinares sobre "A Mulher e Relações de Gênero Filiado à Redor" (Rede de Estudos Norte-Nordeste sobre a Mulher e Relações de Gênero).

À mulher ateniense fechada no gineceu, submissa ao pai e irmãos, se contrapõe a presença de Aspásia, reunindo nos seus salões a intelectualidade grega, marcando a presença da mulher culta e inteligente. Na idade média, a castelã sabia ler e escrever e dirigir economicamente o seu castelo. Do século XI ao século XII, desenvolveu-se a mariologia e passou-se a exigir uma mulher pura, casta e simples. Às mulheres do povo, discriminadas pelas próprias Corporações de ofício, seguem-se as mulheres que foram prêmio nobel de literatura, mulheres que se destacaram no cinema e assim por diante. No Brasil, estão nomeadas Bertha Lutz, Carlota Pereira de Queiroz e outras.

A educação da mulher em Sergipe merece destaque na obra da autora acima referida através das primeiras professoras, da implantação das Escolas Normais, e da contribuição dessas jovens intelectuais à formação profissional de renomados políticos sergipanos.

Rosa Moreira Frião (1860-1938), por exemplo, nascida em Estância, descendente de família abastada segundo a autora, estudou em Portugal, tendo sido nomeada professora em Tanque Novo, lecionou em Riachão do Dantas, Vila Nova (Neópolis), Estância e Capela. Segundo a autora, Rosa Moreira Frião destacou-se no magistério tendo sido professora de grandes intelectuais sergipanos, como Graccho Cardoso, João Dantas Martins dos Reis, Dr. José Thomaz Nabuco e da grande benemerita Genésia Fontes (D. Bebé, a do Orfanato) ... (1994:189). Discorrendo sobre a atuação dessa professora, a autora assim se pronuncia: "Rosa Moreira Frião tinha como viva marca do seu caráter a sinceridade e o desprendimento. Era um contínuo dar-se ao outro, sem pedir retorno. Na vida artística tinha "mãos de fada" (idem:189)

Depreende-se de sua descrição da atividade e qualidades pessoais dessas mulheres, a construção de uma imagem "profissional" da mulher carregada das virtudes domésticas. A missão sublime de educadora do lar se transfere para o espaço público.

Seguindo o encaminhamento da autora, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, natural de Laranjeiras, e fundadora do primeiro Colégio para moças em Aracaju em 1906, o Colégio Santana que funcionava na rua de Maroim, 224 foi uma "educadora nata". Dobrava a todos com amor. Jamais bateu em alguém. Dizia que "pancada nunca educou" (ibidem:211). Na percepção da autora foi a entrada sergipana na luta pelos direitos da mulher.

Na época de trinta, a professora Quintina é eleita para a Assembléia Estadual Constituinte. Esse bafejo de liberdade feminina em Sergipe teve a mão

forte da liderança de Bertha Lutz pois, à época já haviam sido fundadas a Sociedade Feminina e a União Universitária feminina no Brasil, o Manifesto em prol da candidatura feminina publicado no Correio de Aracaju em 13.10.34, que expressa bem os bastidores da entrada da mulher burguesa no espaço público da política Sergipana. Se por um lado, o Manifesto "convoca aqueles eleitores que não julgam que o voto da mulher foi consignado em lei só para aumentar o quociente eleitoral dos homens" (1994:214), a saudação do então Deputado A M. de Carvalho Neto à novel deputada, "todos sabem que as suas palavras ecoam evangelicamente nos lares sergipanos" (1994:215), evidencia a direção social e a "missão" de uma parlamentar feminina à época...

Elencando ainda inúmeras mulheres das camadas da burguesia que militaram na educação ou em obras sociais, sua pesquisa torna-se uma referência imprescindível para a compreensão do ideário e das lutas da mulher das camadas mais abastadas de Sergipe e Aracaju, dando visibilidade e concretude à sua presença na História.

Como analisa Costa (1995) em sua tese sobre a mulher no poder local na Bahia/Brasil, (a imbricação do público e do privado), na medida que a mulher, embora sujeita aos determinantes ideológicos e familiares adentra ao espaço político, subsiste à possibilidade do desenvolvimento de um processo de criação de uma consciência mais crítica em relação ao seu papel na sociedade.

Essa consciência, sempre limitada pelo contexto mais amplo do desenvolvimento histórico e das práticas e experiências situadas das mulheres é, de certa forma, traduzida pela autora na mística da mulher forte, tão inteligente quanto o homem. Enfim, uma imagem messiânica, à la Joana Darc.

Scott (1992) argumenta que, a partir da década de sessenta as articulações entre a política e o exame da história das mulheres engendram o enraizamento de um campo de estudos que deveria ser marcado pelo reconhecimento da presença das mulheres na história como heroínas, além da pesquisa sobre as diferentes formas de opressão e subordinação a que estavam sujeitas as mulheres. É nesse bojo que se desenvolvem novos estudos, tanto sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, como a própria violência contra a mulher no âmbito do trabalho doméstico e assalariado. Inicialmente, esses estudos de caráter mais doutrinário vão sendo aos poucos substituídos por trabalhos de natureza mais factual e analítica incorporando contribuições da sociologia do trabalho, da antropologia cultural e da política.

Em Sergipe, a junção da luta política com a análise da história de “mulheres trabalhadoras” – para usar a nova expressão tão em voga a partir da proliferação dos estudos na década de setenta – pode ser visualizada através do estudo de Marques (1983), “Mulheres X Cultura de Subsistência” no qual a autora empreende o estudo sobre o trabalho das mulheres pescadoras e mães de família como forma de contribuição ao estudo das comunidades domésticas produtoras de subsistência. Partindo de narrativas biográficas, a autora reconstrói aspectos do cotidiano do trabalho de mulheres do povoado Taíçoca de Fora e Taíçoca de Dentro, evidenciando as condições de vida no mangue, na pesca de mariscos, peixes, crustáceos e como, através de seus depoimentos está presente, no dizer da autora “a pedagogia da submissão, a didática da opressão, e o legado da anulação de si para que a vida dos demais seja possível.” (1983:62)

Por outro lado, os estudos que analisavam a violência contra a mulher no Estado de Sergipe a exemplo de alguns estudos de Alves (1987), privilegiavam a subjetividade feminina, analisando relações de dominação/submissão enquanto subjetividade vivenciada no cotidiano, e, embora descrevessem resistências, não incorporaram às suas análises a perspectiva de gênero.

A entrada da categoria gênero no espaço acadêmico foi saudada por pesquisadores das diversas áreas na medida em que legitimava de certa forma como “científico” os estudos que já vinham sendo desenvolvidos sobre a questão da mulher, mas ao mesmo tempo engendrava também uma certa desconfiança nos movimentos feministas à medida que se distanciavam política e teoria.

O termo, traduzido teoricamente pelas diversas tendências, da psicanálise às ciências sociais quer, no entanto assinalar pontos fundamentais na diferença entre o masculino e o feminino, a “diferença da diferença”. O gênero como categoria analítica relacional, concebida em relação às diferentes construções sociais sobre o feminino e a mulher nos diferentes contextos ideológico-culturais, nas diferentes classes sociais, conduz à dissolução da idéia universal de “MULHER” para analisar diferentes práticas e subjetividade de homens e mulheres em contextos sociais diversos, construindo e desconstruindo múltiplas configurações de identidade. O exame bibliográfico do conceito de gênero (Scott, 1992, Barbieri, 1993, Collin, 1993) envolve a apreensão de algumas sub-categorias possíveis de análise a saber: a) a divisão sexual do trabalho; b) as articulações entre o público e o privado; c) as relações de poder (dominação, exploração) e d) identidade e cultura.

É necessário observar que somente de um ponto de vista didático é possível se proceder à tal classificação, pois em realidade essas dimensões constituem processos que se interconectam e se articulam contraditoriamente constituindo totalidades bastante específicas que, por sua vez, se articulam aos processos mais amplos de uma sociedade historicamente considerada

Do ponto de vista dos estudos sobre a "Mulher e Relações de Gênero" em Sergipe, podemos levantar a hipótese de que, em muitos estudos essas categorias são analisadas sem referência explícita à gênero, a exemplo dos primeiros estudos sobre a condição feminina na área dos estudos de Geografia.

Representativos dessa tendência estão estudos na área que abrangem Mulher, meio-ambiente e desenvolvimento, especialmente os dedicados às questões e condições sócio-econômicos do Estado de Sergipe, a exemplo do estudo de Araújo (1988) que mostra uma tentativa de examinar, no meio propriamente ambiental (geográfico), e cultural, as atividades da mulher na coleta de moluscos e crustáceos contrapondo a essas tarefas, as atividades "masculinas" de comercialização dos frutos do mar, no povoado do Crasto no Município de Itanhy. Esse povoado que faz parte do complexo estuarino Paui-Real está inserido numa região bastante problemática, com um passado ligado à cana de açúcar sendo hoje dominada pelos latifúndios. As populações pobres, após o fechamento das usinas de açúcar tiveram como alternativa de sobrevivência a exploração pesqueira. A comercialização do pescado é geralmente realizada no momento da chegada dos barcos, da pescaria. Os homens confeccionam redes de arrasto e tarrafas e fazem a separação de peixes, de camarões ao lado das barracas. A tarefa de separação e tratamento constitui atividade característica de mulheres e crianças. A rua do Murici, rua do "pega" inclui a maior parte das mulheres que desenvolvem suas atividades voltadas para a coleta do mangue como as pescadoras de caranguejo, ostra, siri, sururu, aratu, e quebradeiras de caranguejo. Além das precárias condições de saneamento com que são realizadas tais tarefas, a compensação que essas mulheres recebem, não é feita através do pagamento em dinheiro mas através da própria mercadoria, e as que conseguem algum dinheiro pela venda do peixe ganham de 40 a 60% menos que os homens. A atividade de captura dos peixes é essencialmente masculina tendo horário fixo, enquanto o horário de trabalho da pescadora de caranguejo não se enquadra no ritmo convencional, obedecendo aos fluxos da maré. Esse estudo mostra, dentro da linha da produção e reprodução das relações sociais, a

reprodução da ideologia reforçada pelos depoimentos femininos de que "a mulé é mais fraca ...deve ganhá menos do que o home...". O estudo atribui à permanência de uma divisão sexual do trabalho no Crasto ao reforço de aspectos sócio-econômicos, na medida em que as atividades femininas descritas se coadunam bem com a vida doméstica. Analogamente, em estudo sobre a mulher da feira do interior do Estado de Sergipe, no município do Riachão do Dantas Alves, (1995), argumenta que mudanças no capitalismo agrário estão condicionando cada vez mais a combinação de agricultura e negócios atingindo a atividade feminina. Privilegiando a questão dos modos de vida e experiência no cotidiano de mulheres que comercializam bens de consumo na feira e as compradoras, as diferentes práticas dessas mulheres "da roça" não tem significado uma maior participação nos lucros auferidos por essa atividade na medida em que vendem mercadorias de pouca valia econômica (doces, vassouras, miúdos de porco, fato, etc) enquanto aos homens é reservada a atividade mais "pesada" (a venda das partes "maciças" do boi, a farinha, feijão) . Considerando a feira como um conjunto de relações econômicas e simbólicas, contraditoriamente, a atividade mercantil, trazendo a mulher para fora do espaço doméstico vai engendrando transformações que permitem, por outro lado, forjar "novas identidades", fundindo a "feirante e a camponesa ", e dando lugar a uma mulher mais "esperta".

No mundo do trabalho, onde se situam uma grande parte dos estudos sobre a mulher, as várias dimensões da categoria gênero são analisadas a partir do cotidiano do trabalho privilegiando metodologias qualitativas.

Se por um lado, o exame das relações de poder que envolvem homens e mulheres, passam a ser alvo de reflexões mais aprofundadas, a análise dessas relações, enformadas pela questão cultural, passam a jogar parte nas análises inovadoras das problemáticas entre identidade e cultura envolvendo a noção de gênero. São sintomáticas desse momento o exame do movimento histórico de construção e desconstrução de identidade femininas. Exemplo dessa caminhada pode ser encontrada tanto em investigações que trabalham o espaço doméstico enquanto espaço público, como em estudos que se propõem a analisar as articulações entre o público e o privado. Exemplos dessas tendências podem ser examinados nos estudos de Dantas (1987) e na pesquisa de Barbosa e Santos (1995).

No primeiro caso, o estudo de Dantas se insere numa pesquisa sobre "ARTESANATO EM SERGIPE- CERÂMICA" desenvolvida pelo setor de Antropolo-

gia da UFS (1987). A chamada "louça de barro" é produzida por membros de famílias - os dados foram coletados em Itabaianinha - no interior das casas que funcionam como oficinas. A pesquisa detecta que o torno é um instrumento de trabalho exclusivo dos homens enquanto que as ferramentas utilizadas pelas mulheres são pedaços de couro, metal, madeira, etc. O uso exclusivo do torno pelos homens foi justificado pelos informantes através do argumento de que o homem tem mais força do que a mulher.

Uma reflexão sobre as distinções entre masculino e feminino no mundo do trabalho compõem o desenvolvimento da investigação.

O segundo exemplo analisa a temática das relações entre trabalho, violência e identidade, examinando a experiência e cotidiano de mulheres policiais militares (dados extraídos da Corporação Feminina de Sergipe) ressaltando as articulações, conexões entre o espaço privado - da casa, do relacionamento familiar - com o espaço público - o trabalho nas ruas e na comunidade - da mulher policial militar.

A investigação evidencia que os processos de socialização se encaminham para a construção de um "ideal de soldado" (a beleza dos desfiles, uniformes, marchas, etc) a partir de família militar. A "motivação" para a carreira militar vai encontrar, entretanto, um "ideal de soldado" diferenciado do imaginário infantil no treinamento para a profissão. Parafraseando Foucault (1991), a partir da segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se algo que "se fabrica"

Enquanto treinamento, estão presentes "poder e dominação" e ao mesmo tempo, obediência aos superiores hierárquicos. O "ideal de soldado", que perpassa o treinamento profissional é masculino (atributos culturalmente atribuídos ao sexo masculino como força física, exercício de domínio pela força, etc) enquanto, contraditoriamente se exige a "imagem do feminino" através da maquiagem, de meias de seda, brincos, etc. Assim, a presença de uma identidade atribuída é perpassada pelo treinamento e ideário militar ("Você é militar com farda ou sem farda... uma vez militar, sempre militar... militar não tem sexo") permanece em confronto permanente com uma identidade dita feminina (Sou muito vaidosa, sou muito feminina). As múltiplas faces da vida militar podem ser resumidas: "Primeiro, militar, quer dizer não tem sexo... ou tem?" (nas palavras de uma policial).

Outras questões fazem parte do debate na pesquisa como a abertura - considerada positiva pelas mulheres - para o ingresso na carreira militar. De-

terminadas atividades da policial feminina, assistência aos idosos, deficientes, certas formas de policiamento nas ruas atestam a presença da divisão sexual do trabalho na Polícia Militar. A ascensão a postos mais elevados na carreira militar tem ficado reservada ao contingente masculino da Corporação.

Avançando um pouco mais na área dos estudos sobre cultura e identidade, espaço público e privado, o estudo de Dantas (1989), sem se ater à bibliografia corrente sobre gênero nas ciências sociais mostra, através do estudo da "A MULHER NO ROMANCE DE EÇA DE QUEIROZ" um campo fecundo para o estudo da mulher no século XIX e, mais ainda, das marcas culturais que a mulher portuguesa imprimiu nas múltiplas configurações da identidade da mulher brasileira.

O autor, a partir da análise do discurso literário em Eça, enquanto depositário das idéias, valores, costumes e interpretação dessa época, nos convida para "RETER DE EÇA" a perspectiva do ideal burguês de mulher, tornando explícitas as expectativas da pequena burguesia citadina do século XIX sobre a figura feminina (1989).

Percorrendo o elenco de mais de duzentas personagens femininas presentes no romance de Eça, pertencentes às mais diversas classes sociais – fidalgas, burguesas, beatas, possessoras e bruxas, cassadas virtuosas ou adúlteras, artistas, velhas rabugentas, solteiras, prostitutas comuns e cortesãs, lésbicas e rapazes "efeminados", o autor sugere que, a análise de Eça evidencia que a vida, o cotidiano da mulher na sociedade portuguesa da época se constituiu uma "sobrevida", um "mero receptáculo" preenchido pela presença do homem.

Seria praticamente impossível neste espaço descrever e delinear com clareza e profundidade, a riqueza da análise do autor a respeito da construção da imagem e identidade femininas nos costumes da sociedade burguesa em Portugal no século XIX. Entretanto, algumas considerações podem se constituir em motivação para percorrer o exame de praticamente todas as construções de modelos de mulheres naquele século. Segundo o autor, Eça pretende denunciar a decadência moral e o abastardamento das camadas da burguesia na sociedade portuguesa daquele tempo. Citando um trecho da carta de Eça, pode-se perceber a intenção abrangente do escritor: "A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual fez o Constitucionalismo desde 1830 - e mostrar-lhe, como num espelho, que triste país eles formam – eles e elas" (1989: 51).

Consideremos algumas questões presentes no exame da construção e desconstrução de identidades femininas na perspectiva da análise do autor.

Exemplificando nos romances como "O Primo Basílio" e "O Crime do Padre Amaro", Eça empreende uma crítica radicalmente social, tentando mostrar que Luísa e Amélia, personagens destes romances mostram, apesar da dupla face, a mesma ideologia: a de dona de casa e de beata, a casada e a solteira. O caráter burguês das personagens femininas pode ser resumido nas palavras do autor da seguinte forma: "Um dos fundamentos criticados por Eça, um dos mais caros ao programa burguês, se assenta na cristalização moral do dever para com a família e o lar, ambos agenciadores dessa ordem sagrada que postula como ideal feminino o protótipo da mulher casada (1989 :55). Destarte, a aparência de honestidade, boa reputação, prendas virtuosas do lar, impregna totalmente a construção da mulher burguesa. Decodificando aspectos dessas questões para a análise sobre a construção da imagem da mulher burguesa em Sergipe, torna-se espantoso como podemos nos aproximar passo a passo desse ideário.

Um outro aspecto analisado pelo autor, desconstruindo a imagem da mulher "temente a Deus", evidencia as qualidades de santidade, passividade diante da vontade divina e humana e condicionada pela vontade de "ser como Maria" a mãe de Deus. O poder masculino é, por essa via também reforçado através da obediência, passividade e submissão femininas.

O homem se torna pois, a "sede da personalidade da mulher", mostrando que sua identidade é fabricada pelo homem.

Um outro aspecto fundamental no romance de Eça, nos afirma o autor, é que as concepções de masculino e feminino são trabalhadas pelo romancista no sentido de que o masculino inclui tudo o que diz respeito ao racional, "forte, harmônico, exato, positivo" e o feminino o que é "fantasioso, irracional, irregular, tenebroso, débil, excessivo". O masculino se sobressai como poder material, moral, intelectual, e o feminino como o que é o guiado, conduzido.

Não só no discurso literário, no imaginário dos escritores a construção e desconstrução de identidades femininas "casadas, solteiras, adúlteras, prostitutas, desonestas marcam presença. As problemáticas de gênero enquanto construções e motivações ideológico-culturais podem estar presentes também no imaginário jurídico, interferindo agora na fundamentação de sentenças, pareceres. De modo mais específico, como essas motivações se en-

contram concretizadas na produção da verdade jurídica em processos cujo autor ou réu seja representado por mulher parece se constituir numa lacuna importante nos estudos de gênero, à medida que preconceitos dessa natureza podem condicionar efeitos negativos na organização do cotidiano de mulheres pós período prisional. Uma ilustração de programa de pesquisa levada a efeito de Melo e Alves (1997), mostra a necessidade de maiores reflexões sobre a questão.

O fragmento empírico que serviu de base para essa discussão se constituiu na análise de processos de egressas do sistema penitenciário em liberdade condicional para a observação e exame das razões que obstaculizavam o pleno funcionamento da LEP - Lei de Execuções Penais, nº 7.210 de 11/07/94, no que dizia respeito ao exercício dos direitos humanos e sociais.

Segundo o estudo de Portanova sobre as "Motivações Ideológicas da Sentença" (1997), a visão tradicional do Direito e a identidade do Judiciário mergulha hoje em crise profunda na medida do descompasso entre a teoria e a realidade. O idealismo jurídico constitui, destarte, um dos maiores obstáculos epistemológicos na constituição de uma ciência jurídica: "Não se estuda o fenômeno social que deu origem à regra. Vai-se dizer que "a idéia do Direito" é que se exteriorizou, e não o fenômeno social que fez surgir a regra" (Portanova, 1997).

Traduzindo essa idéia para as questões jurídicas no âmbito das relações de gênero, na realidade, a ciência jurídica vai tomar como verdadeira - na produção da verdade jurídica- a imagem de MULHER que lhe transmite a sociedade e tomá-la como realidade.

Não há compreensão dos fatores extrajurídicos, quer sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais.

Reunindo dados sobre investigações atuais, a história das mulheres trabalhadoras em Sergipe vive um momento de atualização e renovação teórico-metodológica através dos estudos que relacionam memória e história e de estudos que, sob a denominação mais genérica de gênero e globalização atualizam novas incursões através do diálogo entre a sociologia do trabalho e o campo educacional.

O exemplo mais recente, estudo de memória e gênero, estudo de Melo e Alves (1998) objetiva o resgate da memória do trabalho nas suas relações com os processos de construção e desconstrução de identidades sob a ótica de gênero a partir das lembranças de um grupo de idosos do SESC. Tentando

identificar e analisar as representações sociais no cotidiano de mulheres e homens aposentados e, resgatando ao longo das trajetórias de vida as diversas significações outorgadas subjetivamente ao trabalho, a investigação contribuiu para planejamento de programas de preparação para a aposentadoria, as questões de cidadania pós-aposentadoria, visando atender às necessidades sociais de uma faixa da população em franco crescimento no Brasil e em Sergipe.

Desentorpecendo questões sociais subjacentes aos resultados da investigação, alguns pontos merecem considerações face aos novos momentos vivenciados pelo mundo do trabalho. A memória do trabalho em Sergipe, sob suas mais diversificadas roupagens, o trabalho assalariado, o trabalho alienado, o trabalho penoso, o trabalho prazeroso, o não-trabalho e ainda "os tempos de trabalho" encaminham a reconstrução no imaginário das múltiplas faces de uma identidade de ex-trabalhador, e atenta para a possibilidade de evidenciar "novas" identidades em construção e representações que traduzem movimentos culturais específicos, buscando a memória como elemento fundamental do que se costuma chamar de IDENTIDADE.

A análise de determinadas categorias extraídas do discurso de operárias têxteis no Estado de Sergipe aponta para o exame de processos de organização/desorganização do cotidiano na família de origem evidenciando a divisão sexual do trabalho na família e na fábrica envolvendo o período aproximadamente de 1910 até a década de quarenta em que Sergipe vive o início de um processo urbano industrial caracterizado pelo aumento do sistema fabril. Estão presentes nas trajetórias de vida o trabalho infantil que, naturalizado pelos pais, na medida em que tentam evitar o "vagabundo", reproduzem a mão-de-obra nos moldes da exploração capitalista, permitindo a adultização precoce, a carência de formação para a cidadania, mostrando seus efeitos posteriormente nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, baixa escolaridade e qualificação profissional e efeito a longo prazo nas aposentadorias precoces por problemas de visão, fadiga e outros.

O processo de subalternização, iniciado na infância, e persistente na vida adulta mostra a família e a sociedade interagindo culturalmente na formação de identidades de trabalhadoras passivas, subservientes, "sugerindo" ocupações e profissões ditas "femininas", extensão das atividades do lar. Na dialética do contraditório, porém, estão presentes as resistências.

As tentativas de profissionalização na vida adulta estão permeadas pela determinação em sair da pobreza, pelo trabalho alienado subalternizado – a exploração capitalista na trilha do gênero – e ainda pela formação de identidades sociais enquanto vontade de ultrapassar – através de resistências – as fronteiras que opõem o público e o privado. Assim, na década de quarenta em diante, se, de um lado, essas mulheres, mão-de-obra barata, por força dos condicionamentos materiais começam a sair de casa para trabalhar, subordinadas agora aos processos de acumulação do capital, por outro lado, persiste a implementação de um processo “higienizador”, disciplinador das relações sociais. A maioria das entrevistadas resgatam o trabalho através de um discurso modernizador, cuja intenção pode revelar, simultaneamente e contraditariamente a imagem de mulheres ciosas de seus deveres domésticos, vivendo o trabalho como penoso, mas por outro lado prazeroso em alguns momentos.

O trabalho feminino torna-se assim, naturalizado, escamoteando a desqualificação de mão-de-obra, justificando baixos salários, enquanto jornais dos anos trinta e quarenta dão conta que as fábricas de tecelagem em Sergipe se ressentiam da falta de operários qualificados. Embora justificando a dominação de gênero no trabalho, as resistências ao domínio de esposos e companheiros se fazem presentes, fato esse observado em entrevistadas com maior qualificação profissional, professora, assistente social. Segundo Lobo (1991), a integração de mulheres à cultura urbana provavelmente condicionam transformações em suas subjetividades engendrando novas configurações de identidade.

Outro dado fundamental constitui a análise da inserção das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho via desenvolvimento da indústria têxtil no nordeste e em Sergipe evidenciando o cotidiano da fábrica como cenário de reprodução da divisão sexual do trabalho.

As lembranças dessas mulheres permitem perceber a emergência da construção da imagem da mulher burguesa, ciosas de seus deveres domésticos ao tempo em que desnudam a intenção por parte do capital de construir mecanismos de inibição de contestações, de reforçar a passividade e a “obediência” femininas através da dominação de classe e de gênero. Essa subalternização da mulher no âmbito do trabalho se concretiza à medida que os critérios de seleção e alocação no trabalho são desiguais para homens e mulheres; as mulheres por sua vez continuam ganhando menos que os

homens em atividades monótonas que exigem habilidades manuais em detrimento do uso da inteligência, e, que, no intuito de galgarem níveis mais elevados na empresa ou na Instituição necessitam incorporar comportamentos tidos como masculinos. Um dado diferencial chama a atenção nessas lembranças: a relativa segurança no emprego contrastando com a experiência de décadas mais recentes com o item segurança em franco desmanche pelas modernas propostas neoliberais. A consciência alienada se faz presente, expressa pela percepção da aposentadoria mais como "benesse" do que um direito. A aposentadoria, vivida agora como Liberdade, as diversas significações outorgadas ao trabalho permitem tanto repensar o político sob a ótica das experiências e práticas cotidianas, permitindo reflexões junto à população a respeito da manutenção de direitos sociais adquiridos, a compreensão do significado das demandas dos idosos, estimulando a mobilização de grupos para participação em organizações de luta pela cidadania plena e por políticas mais justas na esfera do trabalho e da assistência social.

Um outro exemplo pertinente às relações entre trabalho feminino, globalização e o campo da educação, pode ser visualizado através da recente investigação de Cruz (1998) cujo estudo pretende revelar como se efetiva o potencial de democratização nas relações sociais de trabalho.

Incursionando pelo diálogo entre a sociologia do trabalho e o campo educacional, o estudo ressalta a análise da qualificação da mulher para o trabalho profissional como produto multidimensional.

Concluindo, podemos dizer que há certas evidências que a história dos estudos feministas em Sergipe passa inicialmente pelos condicionamentos de um feminismo a-histórico, naturalizando a história das mulheres e ignorando as conexões entre o dado particular, regional e as condições econômicas, políticas e ideológicas da sociedade brasileira nos seus diversos momentos históricos. O desenvolvimento sócio-econômico da região, os processos de urbanização e a recém criada Universidade na década de sessenta oportunizaram a aglutinação dos estudos sobre mulher emergenciando um panorama cujas tendências teórico-metodológicas podem ser assim resumidas.

A produção intelectual sobre mulher e relações de gênero exhibe um forte enfoque de descrição e análise de processos de violência doméstica e do trabalho, elegendo as contribuições da moderna sociologia do trabalho como pano de fundo para as análises e enfatizando a dominação de classe, na perspectiva da produção e reprodução das relações sociais (contribuições marxistas).

São bastantes nítidas as tentativas de romper a dicotomia objetivo/subjetivo no exame de construção de espaços, tempos sociais, práticas e experiências representadas no campo simbólico. Acompanhando determinadas tendências da sociologia contemporânea, essas "novas temáticas" deslocam o enfoque tradicional do estudo das condições de vida para tentar resgatar a heterogeneidade de experiências e práticas da classe trabalhadora em Sergipe. Engloba, sobretudo, o campo da subjetividade masculina/feminina em estreito contato com as estruturas simbólicas da cultura humana.

Prospectivamente, fica patente a necessidade de visualizar a problemática de gênero de um ponto de vista de totalidade histórica incorporando às análises as problemáticas dos processos de globalização nas suas relações com as profundas mudanças no mundo do trabalho, nas conexões com as políticas sociais que condicionam novos modos de vida, novas maneiras de experienciar, o tempo e espaço, como também os novos desafios das ciências sociais.

O que nos parece fundamental refletir, é que pesquisas de gênero devem se encaminhar não só para uma "consciência de gênero", mas, que a teoria sirva à política, na luta de homens e mulheres para uma militância refletida nos movimentos sociais e na implementação de políticas de equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Amy Adelina de Faria. **A mulher da feira do Riachão: modos de vida e experiência**. 48ª Reunião Anual da SBPC. PUC de São Paulo, 7 a 13 de julho de 1996, e 6º REDOR – Encontro da Rede Regional Norte/Nordeste de estudos e pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. Caderno de Resumos. Universidade Federal de Alagoas/NTMC/UFAL, p. 41, Maceió, outubro de 1997.
- ALVES, Amy Adelina de Faria e Ana Maria V. Melo. Estagiárias PIBIC/CNPQ Ilma Cristina S. dos Santos e Débora Ferreira. "Memória, trabalho, identidade e gênero". Comunicação. **Caderno de Comunicações**. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Goiânia, julho de 1998, pp. 265-267.
- ARAÚJO, Mélio Mário de. "As atividades da mulher e suas interações com as condições sócio-ecológicas no povoado de Crasto-Sergipe". **Monografia de conclusão de Curso Disciplina Pesquisa Geográfica II**, Departamento de Geografia, maio de 1988. (mimeo)
- BARBIERI, Teresita. Sobre a categoria gênero. "Uma introdução teórico-metodológica". **Revista Interamericana de Sociologia**. Ano VI, nº 2-3 (Maio/Dezembro) México: Instituto Mexicano de Cultura, 1992.
- BARBOSA, Jeane Maria Tavares e Jussara Santos. "A mulher na polícia militar em Sergipe". **Monografia de Conclusão de Curso**. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da Política**. 6ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 1977.
- COLLIN, Françoise. **Praxes da diferença-notas sobre o trágico do sujeito**. (Tradução Debat e Ávila). Recife : SOS Corpo, julho de 1993.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. "La mujer en el poder local en Bahia/Brasil La imbricación de lo público y lo privado". **Tese de Doutorado**. Doutor em Sociologia. Universidade Nacional Autónoma de México. Faculdade de Ciências e Sociais, México, D.F., 1995. Arquivo do NPCCS, UFS, Sergipe. (mimeo)
- COSTA, Ana Alice e SARDEMBERG, Cecília. "Feminismos, feministas e movimentos sociais". In: **BRANDÃO**, Maria Luíza e BINGEMER, Maria Clara. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo : Loyola, 1994.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CRUZ, Maria Helena. "Gênero, modernização do trabalho e tradição: as relações de gênero em indústrias Estatais de Sergipe". **Tese de Doutorado**. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1998.
- DANTAS, Beatriz Gois. "A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre ceramistas". **Revista Geonordeste**. Ano IV, nº 1, novembro de 1987, Aracaju, pp. 17-29 e publicado na Revista de Ciências Sociais, vol. 18/19, nº ½, Fortaleza, 1987/1988, pp. 157-177
- DANTAS, Francisco José Costa. "A mulher no romance de Eça de Queiroz". **Tese de Doutorado**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989, mimeo.
- FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre : Sérgio Antônio Fabris, 1987.
- _____. (org) **A crise do direito numa sociedade e em mudança**. Brasília: UNB, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 9 ed. Petrópolis : Vozes, 1991.
- LOBO, Elisabeth Souza. "Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência". In: Tempo Social; **Revista de Sociologia**, USP, 4(1-2) : 7-15, 1992.
- MARQUES, Núbia N. **Mulheres X Cultura de subsistência**. Unigráfica : Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1983

MELO, Ana Maria Vasconcelos e ALVES, Amy Adelina C. de Faria. Estagiários PIBIC/CNPQ Shirley Silveira Andrade (Direito) e Adnil da Costa Santos (Serviço Social). **Tempo de prisão também é tempo de cidadania?** 49ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, Minas Gerais. Anais, 1997 e 6º REDOR – Encontro da Rede Regional Norte/Nordeste de estudos e pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. Maceió, 6 a 10 de outubro, Universidade Federal de Alagoas, p. 47, 1997.

PINA, Maria Lúcia Madureira. **A mulher na História**. SEGRASE. Governo João Alves Filho, 1994.

PORTANOVA, Rui. **Motivações ideológicas da sentença**. 3 ed. Livraria do Advogado Editora : Porto Alegre, 1997.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: uma categoria útil para análise histórica**. SOS Corpo, 1992.

_____. "História das Mulheres". In: BURK, Peter (Org) *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, 1992.

WARAT, Luiz Alberto. "Introdução geral ao direito II". **A Epistemologia Jurídica da Modernidade**. Porto Alegre : Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

DOCUMENTOS

CATÁLOGO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: *sobre Mulher e RELAÇÕES DE GÊNERO* (SERGIPE) – REDOR. Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Projeto de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher e relações de gênero.

Documentos de Arquivo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

Documentos/Arquivo da Biblioteca Central da UNIT (Universidade Tiradentes).

ARQUIVO do Núcleo ou Grupo de Estudos: Disciplina Pesquisa Geográfica II.

Núcleo: Laboratório de Estudos Regionais e Urbanos. Laboratório de Estudos Ambientais.

Diagnóstico sobre a qualidade de vida do idoso no Estado de Sergipe. NUTRAC, Secretaria de Estado da Ação Social, Aracaju, 1993.

Alves, Amy e Ana Maria Vasconcelos Melo. Documento / Relatório apresentado no VII Encontro da REDOR – Rede Norte/Nordeste de pesquisas sobre a mulher e relações de gênero. Estudos de Gênero e Metodologias de Abordagem Feministas e Repercussão dos Estudos de Gênero em Sergipe. Projeto de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher e relações de gênero. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, setembro de 1998.